

ELDORADO À DOROTHY:

O padrão de violência contra os pobres da terra não se alterou

O Estado do Pará tem sido marcado e conhecido, nacional e internacionalmente, pelos graves e violentos conflitos pela posse da terra, os quais nas últimas décadas vitimaram centenas de trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, religiosos, advogados, parlamentares e diversos outros ativistas pela reforma agrária.

Os registros da CPT (Comissão Pastoral da Terra), mostram que, de 1971 a 2005, foram assassinados 788 camponeses no Pará, sendo que a maioria dessas mortes – (574) - foi registrada na região sul e sudeste do Estado. Na primeira metade do período mencionado (1971-1985) foram registrados 340 assassinatos em conflitos fundiários. Na segunda metade do período (1986-2005) foram vitimados 447 camponeses, demonstrando assim a persistência no tempo do padrão de violência existente no Pará.

Importante registrar que no decorrer dos mandatos do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e do Governador do Estado do Pará Almir Gabriel, ao longo do período 1995-2002, segundos dados e registros coletados pela Comissão Pastoral da Terra, foram assassinados, no Brasil, 271 trabalhadores rurais, em conflitos relacionados à posse da terra.

Desse total, 113 trabalhadores rurais foram mortos no Estado do Pará, correspondendo a 41,69% dos registros nacionais. Somente no último ano do período (2002) foram assassinados, no Pará, 20 trabalhadores rurais, correspondendo a 46,51% do total nacional (43).

Nos três primeiros anos do governo LULA, esse quadro de violência não mudou, foram 64 assassinatos. A esperança alimentada em torno de uma possível aceleração da política de reforma agrária, provocou um aumento vertiginoso das famílias em acampamentos e ocupações de latifúndios. A excessiva demora do governo em desapropriar as terras provocou uma reação violenta dos latifundiários culminando no assassinato de dezenas de trabalhadores.

A título de ilustração sobre o trágico e crescente padrão de violência no Pará, devemos mencionar que mais trabalhadores rurais foram assassinados no período 1995-2005 (185) do que nos primeiros quinze anos de ditadura militar (1964-1979) (89), precisamente os anos que são tradicionalmente considerados os de mais intensa repressão aos movimentos populares.

Os dados oficiais são ainda mais estarrecedores. No final do ano de 2002, a Secretaria Especial de Defesa Social do Estado do Pará publicou estudo intitulado “*Inventário de Registros e Denúncias de Mortes Relacionadas com a Posse e Exploração de Terra no Estado do Pará 1980-2001*”. Neste levantamento oficial, os dados referentes ao período 1995-2001 indicam o número de 328 assassinatos no Pará em conflitos pela posse e exploração da terra. A fonte destes estudos são registros criminais da Delegacia Especializada em Conflitos Agrários da Polícia Civil do Estado do Pará.

Em termos absolutos e proporcionais, a violência contra trabalhadores rurais suplanta qualquer referencial nacional. No ano de 1996, ano do massacre de Eldorado do Carajás, 33 trabalhadores rurais foram assassinados no Estado do Pará. Este número representa 4,79% do número total de homicídios em todo o Estado, no mesmo ano (688). Ao mesmo tempo, no Brasil, em 1996, foram ao todo 54 assassinatos de trabalhadores rurais, correspondendo a 0,12% do total do número de homicídios (42.131). A proporção, no Pará, do número de homicídios de trabalhadores rurais sobre o total de homicídios foi 39 vezes superior à média brasileira, no ano sob comento (1996).

Todos esses crimes, praticados contra camponeses sem terra, sindicalistas e agricultores no Estado do Pará deixaram dezenas de órfãos e viúvas da terra. O mais grave de todos foi o massacre de Eldorado do Carajás que se inscreve entre os piores crimes cometidos pelo Estado contra pessoas, homens e mulheres, que beiravam a condição de cidadãos e cidadãs.

Dezenove trabalhadores e trabalhadoras foram assassinados e pelo menos 63 ficaram mutilados, resultado da ação violenta da policia, que sob o comando do então governador do Estado, Almir Gabriel atuaram no mais grave massacre dos últimos 30 anos da história paraense.

Apesar da vergonhosa e irracional ação do Estado contra àqueles que deveria proteger, de Eldorado até Dorothy, os crimes no campo continuaram, sem que o mesmo Estado tomasse medidas rigorosas no sentido de coibir a ação dos executores dos pobres da terra e dos defensores dos direitos humanos. Depois de Eldorado mais 130 camponeses e defensores de direitos humanos tiveram suas vidas ceifadas pela ação do latifúndio, com a conivência ou sob a tolerância do Estado, porque não puniu exemplarmente os crimes e porque não se antecipou aos conflitos que levaram a morte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A pergunta óbvia que qualquer cidadão paraense se faz: Por que essa onda de violência se mantém a 30 anos no Estado do Pará, frente a grandeza do território e do potencial dos seus recursos naturais? Então, quais seriam as causas da permanente e inalterada situação de conflitos e violência no campo?

1. Modelo de desenvolvimento

O padrão hegemônico de desenvolvimento rural hoje vigente no país reproduz os interesses de classe das classes dominantes nacionais e estrangeiras, estas representadas pelas grandes empresas capitalistas direta e indiretamente relacionados com o agronegócio, os bancos, os latifundiários e os grileiros das terras públicas, das devolutas e as dos camponeses. Esse padrão se apóia numa racionalidade de dominação econômica e de direção intelectual e moral que perdura no Brasil desde o período colonial e que se pode denominar amplo senso de racionalidade capitalista. Seus resultados têm sido no decorrer da história uma crescente concentração da renda e da riqueza com a conseqüente exclusão social, o empobrecimento da maioria da população rural, a apropriação

privada das terras devolutas e dos recursos naturais renováveis e os não-renováveis pelos grandes capitais e a perda crescente e continuada da soberania nacional e alimentar.

O Estado e os governos afirmam e reproduzem, ainda que com contradições internas secundárias, os interesses das classes dominantes na medida direta em que formulam políticas públicas, aprovam leis e as julgam de forma a facilitar e a apoiar a acumulação capitalista, a exploração crescente dos trabalhadores e o processo socialmente discriminatório deles decorrente. No Pará o governo admite tal situação em seus programas de “desenvolvimento”. Segundo dados apresentados no Programa Pará Rural do Estado, dos 6.2 milhões de habitantes, 2.7 milhões vivem em extrema pobreza. A pobreza rural é mais profunda que nas áreas urbanas. A pobreza urbana ocupa 38% e as áreas rurais 58%. As disparidades urbana-rural na educação e emprego possuem diferenças acerbadas.

Ao longo dos últimos dez anos as políticas governamentais no Estado do Pará ainda estão profundamente ligadas a obras de infra-estrutura e de exploração dos recursos naturais. A construção de estradas, hidrovias e hidrelétricas e a instalação de mineradoras e minerodutos constituem o motor e a razão do povoamento e da ocupação territorial do Pará. O estado continua atuando através de políticas governamentais para implementar um padrão de desenvolvimento, baseado na devastação ambiental (como é o caso recente do agronegócio da soja), na busca de geração de divisas, pautado em um desenvolvimento que não tem responsabilidade sócio-ambiental.

2. Grilagem de terras

Conhecida como “grilagem”, a apropriação ilegal de terras públicas é marca constante da formação da estrutura fundiária brasileira, caracterizando-se como componente importante do processo de concentração da terra. De acordo com levantamento realizado em 1999 pelo Governo Federal, existem aproximadamente 100 milhões de hectares de território ilegalmente apropriado por particulares no Brasil. Essa área corresponde a algo como três vezes o território da Alemanha, duas vezes o tamanho da Espanha ou dez países como Portugal. O relatório final da CPI da grilagem, apresentado em 29 de agosto de 2001, apontou a existência de mais 30 milhões de hectares grilados no Pará. No Estado do Amazonas, os números foram igualmente impactantes: 37 milhões de hectares. No Acre e em Rondônia, pelo menos 1,5 milhões de hectares foram identificados como grilados. Cerca de 15 milhões de hectares no Pará não apareciam na contabilidade do governo e surgiram depois que o INCRA passou a examinar áreas abaixo de 10 mil hectares, registradas em cartórios paraenses. Apenas os três maiores grileiros de terras no Estado do Pará, juntos, alegam possuir cerca de 20 milhões de hectares (Carlos Medeiros diz possuir 13 milhões de hectares, o grupo CR Almeida reivindica em torno de 6 milhões e a Jari Celulose cerca de 3 milhões de hectares).

3. Ausência de Gestão sobre o território

Dos 124.770.268,33 hectares do total da área do Estado, apenas 40.095.952,00, cerca de 32,1%, estão nos cadastros oficiais do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), enquanto que, 84.674.316,33 de hectares, cerca de 67,8% estão fora do cadastro oficial. Essa situação se agrava ainda mais se considerarmos as estatísticas dos imóveis rurais. Dos 32,1% (40.095.952,00) das áreas que se encontram cadastradas, cerca de 24 milhões de hectares estão em 26 mil propriedades e 16 milhões, em 84.124 posses, totalizando 111 mil imóveis cadastrados, evidenciando um alto índice de concentração fundiária no Estado. O grande desafio nesse contexto é a pouca tradição na gestão das terras públicas. O Estado sempre apoiou a dinâmica econômica pautada no agronegócio, mas infelizmente, deixou à mercê da lógica do mercado e do capital a apropriação das terras, na perspectiva de garantir o “desenvolvimento”.

4. A impunidade

É evidente que o mais grave caso de impunidade de todos os crimes ocorridos no campo paraense foi o caso do Massacre de Eldorado do Carajás, depois de 10 anos, todos os envolvidos continuam em liberdade, os mutilados não tiveram acesso digno a todos os seus direitos, evidenciando a incapacidade da justiça em punir exemplarmente os envolvidos em crimes ligados a conflitos no campo, principalmente se forem praticados por agentes do próprio Estado.

Dos 788 assassinatos, a CPT não tem conhecimento de 568 deles, representando mais de 70% dos casos. Sessenta e um dos casos que são do conhecimento da CPT possuem Inquéritos Policiais. Cento e quarenta e cinco dos casos, a CPT mapeou processos judiciais, representando cerca de 20% dos casos. Destes, a CPT acompanha 91 processos, que na sua maioria tem dez anos de tramitação na justiça paraense. De todos esses casos aconteceram somente 15 julgamentos, com 17 condenações. Dos três mandantes condenados, nenhum está preso. Um cumpre prisão domiciliar e dois estão foragidos. Além disso, existem 30 mandantes com prisões decretadas, somente no sul e sudeste do Pará.

Belém, 17 de abril de 2006.

Comissão Pastoral da Terra – CPT Pará.
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Conflitos no Pará 1996-2005

| | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | <i>Total</i> |
|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|--------------|
| Conflito de terras | 63 | 60 | 37 | 86 | 53 | 115 | 110 | 136 | 104 | 135 | 899 |
| Assassinatos | 33 | 12 | 12 | 9 | 5 | 8 | 20 | 33 | 15 | 16 | 163 |
| Ameaças de morte | 24 | 29 | 11 | 36 | 17 | 46 | 78 | 61 | 103 | 80 | 485 |

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra, 2006.